



Campanha Salarial 2017: Vigilantes do RJ fecham negociação vitoriosa com ganho real acima da inflação



O cenário conturbado não freou a luta dos vigilantes e dos Sindicatos ligados à Federação dos Vigilantes do Estado do Rio de Janeiro. Mesmo com a crise econômica, política (em especial neste estado) e as pressões dos patrões, os vigilantes foram vitoriosos na campanha salarial, com reajuste acima da inflação.

O reajuste salarial foi de 5,40%, em uma inflação de 4,69% (data base em março), com 0,71% de ganho real – sem dúvida, um feito memorável diante do assolamento

do Estado do Rio de Janeiro. A mesma porcentagem foi aplicada ao tíquete refeição, que passa a ser de R\$19,71 e para escolta armada o tíquete teve um acréscimo de 17,64%, ficando em R\$22,00.

“A negociação começou três meses antes da data base, dentro de um quadro adverso. A conquista foi cercada de chantagens do patrão, que se utilizou da liminar proferida pelo Ministro Gilmar Mendes do STF

(que suspende efeitos das Convenções Coletivas de Trabalho quando ultrapassa a data-base) para pressionar o fechamento das negociações com reajuste de apenas 2%, conforme a primeira proposta dos empresários”, contou Sérgio Luíz, Presidente da Federação dos Vigilantes. Ainda segundo Sérgio, a atuação da Federação dos Vigilantes em unidade com os Sindicatos foi fundamental para superar a intransigência dos patrões.

Dentro deste quadro, também teve a crise financeira que atingiu em cheio o Estado do Rio de Janeiro. Segundo dados divulgados pela Firjan, entre 2007 e 2014, o Rio de Janeiro foi a unidade que mais fechou postos de trabalho. Já a pesquisa do Plano Nacional de Domicílios (Pnad), divulgada pelo IBGE em fevereiro deste ano, mostrou que taxa de desemprego em 2016 chegou a 13,4%, no estado - a maior desde 2012.

Apesar das tentativas, a negociação continuou firme e, agora com a assinatura da Convenção Coletiva da categoria, os vigilantes saem vitoriosos em seus direitos.

Briga antiga do Sindicato, outra conquista foi o descanso mínimo de 11h entre o período em que o vigilante sai do plantão até iniciar a reciclagem. “Além do descanso garantido para quem sai do plantão, ficou reforçado que as despesas com reciclagem (alimentação, transporte e certidões) têm que ser pagas antecipadamente pela empresa”, explica Antonio Carlos, Presidente do Sindicato do Vigilantes do Rio de Janeiro - SINDVIGRIO.

A CONTRASP – Confederação Nacional dos Trabalhadores de Segurança Privada parabeniza os Sindicatos, a Federação e os vigilantes pelo fechamento da Convenção Coletiva de Trabalho, esta que contribuiu com o fortalecimento da categoria.



CONTRASP alerta e convoca Sindicatos e Federações a reagirem juridicamente

A CONTRASP reforça sua oposição à liminar do Ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que suspende todos os processos na Justiça do Trabalho para manter a vigência das Convenções Coletivas até a que nova Convenção seja assinada.

A justificativa do Ministro é de que a norma só protegia os trabalhadores, ignorando o empregador. Manter acordos já vencidos é “proeza digna de figurar no livro do Guinness”, argumento utilizado pelo sindicato patronal do RJ, o que tornou as negociações mais duras em decorrência da decisão. O que passaria a valer, então, é a CLT - Consolidação das Leis do Trabalho.

“A norma deve, sim, proteger os

trabalhadores. Afinal, os acordos coletivos servem para fortalecer os direitos dos trabalhadores, que a CLT não abrange. O patronato já tem o maior poderio: o dinheiro. Restando ao trabalhador apenas o respaldo das convenções coletivas”, defende João Soares, Presidente da CONTRASP.

Nos deparamos com mais um enorme retrocesso aos trabalhadores que já se encontram prejudicados com a crise

econômica; patrões agora contam com mais um motivo para enrolar as negociações, situação esta vista claramente nas negociações do RJ.

A CONTRASP continua trabalhando juridicamente para impedir que situações como a que ocorreu no estado do Rio de Janeiro se repitam, devido a absurda decisão concedida pelo Ministro Gilmar Mendes.

Sindvig/GO fiscaliza postos de trabalho para garantir os direitos dos vigilantes



Em mais uma ação, o Sindvig/GO percorreu os postos de trabalho dos vigilantes durante os dias 20 a 24 de março, fiscalizando as condições de trabalho, e verificando se a Convenção Coletiva de Trabalho está sendo cumprida.

Foram cerca de 20 postos percorridos e, entre as irregularidades, o Sindicato

constatou salários atrasados, férias vencidas, intrajornada irregular, postos em situação inadequadas, falta do pagamento retroativo, coletes balísticos vencidos e armas sem manutenção.

“Além de notificar as empresas que estão praticando as irregularidades, denunciaremos as empresas nos órgãos competentes para que sejam tomadas providências necessárias”, explicou Eslly Feitosa, Presidente do Sindicato.

A CONTRASP – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Segurança Privada segue em apoio ao trabalho do Sindicato, sempre vitorioso na luta pelos direitos da categoria.

31 de março: mobilização geral contra a retirada dos nossos direitos

A CONTRASP convoca todos os Sindicatos, Federações e vigilantes a participarem de mais um dia de luta em proteção aos nossos direitos. Nesta sexta-feira (31/03), está marcada a mobilização nacional contra as reformas trabalhistas, previdenciária e contra a terceirização, arquitetadas para precarizar o trabalho e retroceder nos direitos conquistados.

Assim como ocorreu no último dia 15 de março, os vigilantes do Brasil não aceitarão o retrocesso. Mais uma vez

devemos mostrar a nossa força e voz nas ruas, e impedir que nos forcem a aceitar o enriquecimento ilegítimo do governo às custas dos trabalhadores.

O ato no dia 31 de março é o pontapé para a paralisação geral programada para parar o Brasil, no dia 28 de abril. Vamos dar um basta neste governo, que rasga anos de luta e os direitos dos trabalhadores!

Cerca de 2 milhões são roubados em ataque a carro-forte no Agreste de Pernambuco

Nesta segunda-feira (27/03), mais um ataque a carro-forte em Pernambuco abastece a grande quantidade de valores nas mãos de bandidos. Desta vez, o sinistro ocorreu na PE-120, em Bonito, no Agreste Pernambucano. O local é conhecido como “trevo do formigueiro”.

A quadrilha estava fortemente armada, e como os armamentos dos vigilantes são ultrapassados, ficou impossibilitada a



reação. O bando explodiu o carro-forte, e segundo o Sindfort/PE cerca de 2 milhões foram roubados e nenhum vigilante ficou ferido no ataque.

Até quando?

Um carro-forte já havia sido atacado no mesmo trecho, no “trevo do formigueiro”. O crime ocorreu no final de dezembro de 2016 com três vigilantes feridos.

O caos na segurança pública tornou-se uma verdadeira caça aos vigilantes, que apesar de qualificados com cursos e reciclagens fiscalizadas pela Polícia Federal, não contam com armamentos adequados para enfrentar a bandidagem.

Para acabar com a guerra desigual, a CONTRASP – Confederação Nacional dos Trabalhadores de Segurança Privada está atuando, entre outras iniciativas, para emplacar o PLS 16/2017, que permite armamentos de calibres maiores aos vigilantes.

A extensão do porte de arma dos vigilantes, pelo direito de se proteger após o expediente, também é luta da CONTRASP, que está articulando com deputados e senadores, para que possam enquadrar estas urgências.



SBN Qd. 2 Bloco J - Edifício
Engenheiro Paulo Maurício - 6º andar
- salas 601/608 Asa Norte - DF
CEP: 770.040-020
Telefones:
(61) 3327-9813
(61) 3326-1904

Presidente: João Soares
Secretário de Imprensa e Divulgação: Celso Adriano Gomes da Rocha
Editora e Arte Finalista: Regina Domingues
Jornalista: Ana Roberta Melo
Diagramação: Amauri Azevedo e Ana Roberta Melo
Arte: Amauri Azevedo
Revisora de Texto: Cássia Lagares